

SEGURANÇA PÚBLICA NO AMAZONAS: DESAFIOS DO PLURALISMO JURÍDICO E A FORMAÇÃO INTERCULTURAL

PUBLIC SECURITY IN AMAZONAS: CHALLENGES OF LEGAL PLURALISM AND INTERCULTURAL TRAINING

SEGURIDAD PÚBLICA EN AMAZONAS: DESAFÍOS DEL PLURALISMO JURÍDICO Y LA FORMACIÓN INTERCULTURAL

Wisley Alves Campos¹
José Irlan Gomes Alfaia²
Alcirene Maria da Silva Cursino³
Adelaide Barros Campos⁴

RESUMO: Esse artigo buscou analisar em que medida a formação policial no Estado do Amazonas prepara os agentes para atuar de forma legítima e eficaz em contextos interculturais indígenas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com revisão bibliográfica estruturada, análise documental e tratamento dos dados por meio da análise de conteúdo. A revisão foi organizada de forma adaptada ao modelo PRISMA e abrangeu publicações entre 2022 e 2026, localizadas por meio do SciSpace, do Google Scholar e do Repositório Institucional da Universidade do Estado do Amazonas. O corpus final foi composto por oito estudos, complementados por documentos normativos e institucionais relacionados à formação policial, aos direitos dos povos indígenas e à atuação estatal em territórios interculturais. Os resultados indicam que, embora existam avanços na inclusão de conteúdos de direitos humanos e na atualização dos processos formativos, permanecem limitações na capacitação intercultural específica, na formação continuada e na existência de protocolos operacionais adequados à atuação policial em territórios indígenas. Conclui-se que essas limitações estão relacionadas a dificuldades na mediação de conflitos, na construção de confiança institucional e na adequação da atuação estatal às características sociais, culturais e territoriais do Amazonas.

Palavras-chave: Formação Policial. Interculturalidade. Povos Indígenas.

¹ Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista em Combate a Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas pela Universidade Federal da Grande Dourados.

² Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e em Direito pela Faculdade La Salle – Manaus. Especialista em Direito Penal pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Servidor público vinculado à Polícia Civil do Estado do Amazonas. Atuou como pesquisador do Projeto Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculado ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESP/UFPA.

³ Pós-doutora em Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Vice-coordenadora e docente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas.

⁴ Graduada em Farmácia, Pós-graduada em Segurança Pública, Servidora pública vinculada à Polícia Militar do Estado do Amazonas.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the extent to which police training in the State of Amazonas prepares officers to act legitimately and effectively in Indigenous intercultural contexts. The study adopts a qualitative, exploratory approach, based on a structured literature review, documentary analysis, and data processing through content analysis. The review was organized in an adapted form according to the PRISMA model and covered publications from 2022 to 2026, identified through SciSpace, Google Scholar, and the Institutional Repository of the State University of Amazonas. The final corpus consisted of eight studies, complemented by normative and institutional documents related to police training, Indigenous peoples' rights, and state action in intercultural territories. The results indicate that, although there have been advances in the inclusion of human rights content and in the updating of training processes, limitations remain regarding specific intercultural training, continuing education, and the existence of operational protocols appropriate for police work in Indigenous territories. It is concluded that these limitations are related to difficulties in conflict mediation, the establishment of institutional trust, and the adaptation of state action to the social, cultural, and territorial characteristics of Amazonas.

Keywords: Police Training. Interculturality. Indigenous Peoples.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar en qué medida la formación policial en el Estado de Amazonas prepara a los agentes para actuar de manera legítima y eficaz en contextos interculturales indígenas. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio, basado en una revisión bibliográfica estructurada, un análisis documental y el tratamiento de los datos mediante el análisis de contenido. La revisión se organizó de manera adaptada al modelo PRISMA y abarcó publicaciones comprendidas entre 2022 y 2026, localizadas mediante SciSpace, Google Scholar y el Repositorio Institucional de la Universidad del Estado de Amazonas. El corpus final estuvo compuesto por ocho estudios, complementados por documentos normativos e institucionales relacionados con la formación policial, los derechos de los pueblos indígenas y la actuación estatal en territorios interculturales. Los resultados indican que, aunque existen avances en la inclusión de contenidos sobre derechos humanos y en la actualización de los procesos formativos, persisten limitaciones en la capacitación intercultural específica, la formación continua y la existencia de protocolos operativos adecuados para la actuación policial en territorios indígenas. Se concluye que estas limitaciones están relacionadas con dificultades en la mediación de conflictos, la construcción de confianza institucional y la adecuación de la actuación estatal a las características sociales, culturales y territoriales de Amazonas.

Palabras clave: Formación policial. Interculturalidad. pueblos indígenas.

.INTRODUÇÃO

A segurança pública no Amazonas apresenta condições territoriais, socioculturais e institucionais que desafiam modelos homogêneos de atuação estatal. Dados do IBGE (2022) indicam que o estado abriga uma das maiores populações indígenas do país, distribuída em extensos territórios marcados por dificuldades logísticas, diversidade étnica e coexistência de

distintos referenciais normativos. Nesse cenário, a atuação policial não pode ser reduzida a treinamento técnico padronizado, pois requer preparo compatível com a complexidade social e territorial da Amazônia.

Em contextos indígenas, o exercício da autoridade estatal envolve tensões entre o direito oficial e formas próprias de organização social e resolução de conflitos. A qualidade da atuação policial depende, portanto, do domínio de procedimentos e da capacidade de compreender o território, reconhecer as diferenças culturais e agir em conformidade com os direitos dos povos indígenas. A atuação das forças de segurança não se esgota, assim, em uma lógica estritamente técnico-normativa. Silva Neto FMM, et al. (2025) observam que a juridicidade do policiamento em terras indígenas está vinculada ao reconhecimento da coexistência de sistemas jurídicos distintos, o que exige estratégias de mediação capazes de proteger direitos fundamentais sem suprimir as autonomias comunitárias.

Estudos recentes registram avanços na incorporação de conteúdos humanísticos e princípios éticos nos processos formativos, como apontam (MAGALHÃES AS, MIYADAIRA FY, AGUIAR DM, 2025). Também há iniciativas de formação continuada no âmbito do SUSP voltadas à proteção de povos tradicionais e ao enfrentamento de crimes ambientais, conforme (CARVALHO CCF, 2025). Ainda assim, permanecem lacunas no preparo intercultural dos agentes e na formulação de protocolos voltados à atuação em territórios indígenas e de difícil acesso, como indicam LIMA JÚNIOR AS, AGUIAR DM, LOPES FHP, CAMPOS BPA, 2026; e FREITAS AR, POLARI LEB, 2025). Essas fragilidades repercutem na relação entre o Estado e as comunidades. Sousa AGP, et al. (2026) assinalam que a interação institucional pode desconsiderar elementos socioculturais relevantes para a construção de confiança e legitimidade.

O artigo concentra-se na formação das polícias estaduais do Amazonas, sem perder de vista o campo mais amplo da segurança pública. O problema de pesquisa consiste em compreender em que medida essa formação prepara os agentes para atuar de forma legítima e eficaz em contextos interculturais indígenas. O objetivo geral é analisar a relação entre formação policial intercultural, legitimidade institucional e efetividade da atuação estatal nesses contextos. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais desafios enfrentados pelos policiais na atuação junto a povos indígenas, examinar a inserção da perspectiva

intercultural nos processos formativos, discutir a necessidade de protocolos institucionais específicos e refletir sobre os efeitos dessas lacunas na legitimidade da atuação estatal.

Parte-se do pressuposto interpretativo de que a insuficiência da formação policial intercultural, associada à ausência de protocolos operacionais sensíveis ao pluralismo jurídico, relaciona-se a fragilidades na legitimidade institucional e na efetividade da atuação policial em territórios indígenas. Essa proposição orienta a interpretação qualitativa do corpus analisado, sem constituir hipótese no sentido hipotético-dedutivo, tampouco objeto de testagem estatística ou causal.

SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E LEGITIMIDADE DA ATUAÇÃO POLICIAL

A relação entre segurança pública e direitos humanos não deve ser compreendida como oposição necessária entre proteção da ordem e garantia de direitos. Em sociedades democráticas, a legitimidade da atuação policial está relacionada à observância da legalidade, da proporcionalidade e da dignidade humana, bem como à confiança construída entre as instituições e a sociedade (DIAS K e MELO RBCL, 2024; SOUSA et al., 2026).

No Amazonas, essa discussão assume contornos próprios porque a atuação policial alcança territórios marcados por assimetrias históricas, desigualdades de acesso estatal e formas distintas de organização coletiva. Nesses contextos, a legitimidade não decorre apenas da competência formal para agir, mas também da maneira como a intervenção é conduzida. Quando a atuação policial desconsidera especificidades culturais e normativas, podem surgir dificuldades de diálogo, mediação de conflitos e construção de confiança entre as instituições e as comunidades (SILVA NETO FMM, MIYADAIRA FY, AGUIAR DM, 2026).

A incorporação dos direitos humanos à formação policial não deve permanecer restrita ao conteúdo formal dos currículos, mas orientar a preparação e a atuação profissional. Essa formação deve contribuir para que o agente reconheça os limites jurídicos de sua atuação, compreenda as especificidades do território e adote condutas compatíveis com os direitos humanos e a diversidade sociocultural (DIAS K e MELO RBC, 2024; MAGALHÃES AS, MIYADAIRA FY, AGUIAR DM, 2025). No contexto amazônico, essa exigência assume especial relevância, pois a atuação policial requer articulação entre conhecimento técnico, legalidade, mediação de conflitos e compreensão das características socioculturais do território.

INTERCULTURALIDADE, PLURALISMO JURÍDICO E FORMAÇÃO POLICIAL EM CONTEXTOS INDÍGENAS

A interculturalidade ajuda a compreender os desafios da atuação policial em territórios indígenas. Para Tubino F (2002), essa perspectiva vai além do reconhecimento da diversidade cultural, pois envolve a construção de relações entre grupos que possuem diferentes experiências, valores e formas de organização. Nesse sentido, é necessário entender que as comunidades indígenas possuem formas próprias de organização social, autoridade e resolução de conflitos. Para a atuação policial, isso significa lidar com essas diferenças sem tratá-las apenas como dificuldades operacionais.

Essa discussão se relaciona com o pluralismo jurídico apresentado por (SANTOS BS, 1988). Ao analisar a coexistência entre o direito estatal e formas de regulação produzidas no interior de uma comunidade, o autor mostra que diferentes ordens normativas podem existir em um mesmo espaço social. Essa compreensão contribui para analisar os territórios indígenas, nos quais o direito estatal entra em contato com sistemas normativos próprios das comunidades.

Por essa razão, a atuação policial não pode ser entendida apenas como aplicação da norma estatal, pois ocorre em situações nas quais diferentes formas de compreender a autoridade, a justiça e a resolução de conflitos podem entrar em contato.

Borges BB (2022) também contribui para essa discussão ao defender que o pluralismo jurídico não deve ficar restrito ao reconhecimento formal da diversidade normativa. É preciso criar meios para que diferentes sistemas jurídicos possam dialogar. Ao analisar o sistema interamericano, o autor destaca que a proteção dos povos indígenas depende do reconhecimento de suas formas próprias de organização, autoridade e resolução de conflitos. Embora seu estudo não trate diretamente da formação policial no Amazonas, oferece elementos úteis para pensar a atuação do Estado em contextos interculturais.

No campo da segurança pública, a competência legal do Estado é necessária, mas não garante, por si só, a legitimidade da atuação policial. A maneira como o agente conduz a ocorrência, interpreta o contexto e se relaciona com a comunidade também interfere nessa legitimidade. Isso exige respeito às formas de organização social e aos modos de resolução de conflitos existentes nos territórios indígenas.

Cardoso RO (1998) mostra que a relação entre o Estado e os povos indígenas foi marcada, ao longo do tempo, por práticas de tutela e assimilação. Essa contribuição ajuda a entender por

que modelos gerais de atuação estatal podem reproduzir formas antigas de imposição quando ignoram a realidade local. Por isso, o reconhecimento das diferenças culturais precisa fazer parte da formação policial e não aparecer apenas em atividades isoladas de sensibilização.

A formação policial não deve ficar limitada ao ensino de procedimentos e normas jurídicas. O conhecimento técnico continua sendo necessário, mas precisa ser acompanhado da compreensão do território e das relações sociais presentes nele. Em áreas indígenas, isso envolve considerar aspectos históricos, culturais e políticos, além das formas próprias de organização comunitária. Sem esse preparo, o agente pode adotar respostas padronizadas, pouco adequadas às situações concretas.

Os estudos analisados mostram que existem iniciativas de atualização curricular, inclusão de conteúdos humanísticos e formação continuada. Mesmo assim, ainda há limitações no preparo intercultural, principalmente na ligação entre formação inicial, capacitação permanente e treinamento voltado ao atendimento policial em áreas indígenas. O problema, portanto, não está apenas na falta de disciplinas específicas, mas também na forma como essa preparação é organizada pelas instituições.

FORMAÇÃO CONTINUADA, ESPECIALIZAÇÃO E PROTOCOLOS OPERACIONAIS

6

No Amazonas, a formação policial não pode ser vista como uma etapa encerrada após o ingresso na carreira. As mudanças nos conflitos, as dificuldades de acesso e as características sociais e culturais do território exigem atualização profissional constante. Por isso, a formação continuada precisa fazer parte da política de capacitação das instituições de segurança pública.

Essa necessidade se torna mais evidente quando a atuação ocorre em territórios indígenas. A ausência de protocolos específicos pode levar o agente a depender da experiência pessoal e das soluções adotadas no momento da ocorrência. Em situações mais complexas, isso pode gerar respostas diferentes para problemas semelhantes, aumentar a insegurança na tomada de decisão e dificultar a relação entre as instituições e as comunidades (FREITAS AR e POLARI LEB, 2025; LIMA JÚNIOR AS, et al., 2026).

Os protocolos operacionais podem contribuir para tornar a atuação mais uniforme e adequada às características do território. Quando estão ligados à formação continuada, oferecem orientações para situações que envolvem diferenças culturais, mediação de conflitos e atuação

conjunta com outros órgãos. Não substituem a avaliação do agente diante do caso concreto, mas ajudam a reduzir improvisações e a aproximar a prática policial dos direitos fundamentais e das necessidades locais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, voltada à compreensão da relação entre formação policial, interculturalidade e legitimidade institucional no contexto amazônico. A opção metodológica mostrou-se compatível com o objeto do estudo, pois permite examinar criticamente a produção científica recente e o conjunto de documentos normativos e institucionais relacionados à formação policial e à atuação estatal em territórios indígenas. Não se trata de revisão sistemática exaustiva, de revisão integrativa completa ou de pesquisa empírica de campo, mas de revisão bibliográfica estruturada, adaptada a partir de elementos do modelo PRISMA exclusivamente para fins de transparência e rastreabilidade do processo de seleção da literatura, sem pretensão de exaustividade típica de revisões sistemáticas registradas em protocolo prévio.

A revisão bibliográfica e a análise documental foram desenvolvidas como procedimentos complementares de levantamento, seleção, leitura e interpretação crítica de fontes científicas, normativas e institucionais, em consonância com (GIL AC, 2019; LAKATOS EV e MARCONI MA, 2017). Para a organização do corpus e para a sistematização dos achados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, nos termos de Bardin L (2011), com definição prévia de categorias analíticas e construção interpretativa orientada pelo objetivo geral da investigação.

7

Recorte espacial e temporal

O recorte espacial da pesquisa foi o Estado do Amazonas, em razão de sua relevância estratégica para o tema, dada a elevada diversidade étnica, a presença de extensos territórios indígenas e os desafios operacionais que incidem sobre a atuação policial. O recorte temporal da revisão bibliográfica compreendeu o período de 2022 a 2026, intervalo justificado pela intensificação recente de debates acadêmicos e institucionais sobre formação policial, direitos humanos, atualização do Sistema Único de Segurança Pública e atendimento estatal em contextos indígenas.

Estratégia de busca bibliográfica

A busca bibliográfica foi realizada entre fevereiro e abril de 2026, por meio do SciSpace, do Google Scholar e do Repositório Institucional da Universidade do Estado do Amazonas. A escolha dessas fontes ocorreu pela complementaridade entre elas. O Google Scholar foi utilizado por sua abrangência multidisciplinar e pela localização de literatura em acesso aberto; o SciSpace, por auxiliar no mapeamento de artigos científicos; e o Repositório Institucional da UEA, por reunir produção acadêmica vinculada ao contexto amazonense, incluindo dissertações e teses. Não foram consultadas bases como SciELO e o Portal de Periódicos CAPES, o que constitui uma limitação da estratégia de busca adotada.

A estratégia de busca foi organizada a partir dos eixos formação policial, interculturalidade, povos indígenas e segurança pública, com uso de descritores em português e inglês combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Em português, adotou-se a expressão: (“formação policial” OR “capacitação policial” OR “educação continuada”) AND (“povos indígenas” OR “terras indígenas” OR “interculturalidade”) AND (“segurança pública” OR “Polícia” OR “Amazonas”). Em inglês, utilizou-se a expressão: (“police training” OR “law enforcement training”) AND (“indigenous peoples” OR “indigenous territories”) AND (“public security” OR “Amazon”).

Foram considerados estudos em português e inglês, publicados entre 2022 e 2026, disponíveis em acesso aberto, nas tipologias de artigos científicos, dissertações, teses, livros e capítulos de livro. Os documentos normativos e institucionais foram selecionados separadamente, conforme sua relação com a formação policial, os direitos dos povos indígenas e a atuação estatal em contextos interculturais.

Crerérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos estudos publicados entre 2022 e 2026 que abordassem, de forma direta ou indireta, a formação policial em contextos indígenas ou interculturais. Também foi considerada a relação do estudo com o Amazonas, a região amazônica ou a atuação estatal em territórios indígenas brasileiros. Os trabalhos deveriam estar disponíveis em texto completo, em acesso aberto, nos idiomas português ou inglês.

Foram excluídos registros duplicados, estudos sem relação com formação policial, segurança pública, povos indígenas ou interculturalidade e trabalhos sem ligação com o contexto amazônico ou com o problema da pesquisa. Também foram afastados materiais sem validação acadêmica e estudos que, após a leitura integral, apresentaram descrição metodológica insuficiente ou fundamentação teórica incompatível com os objetivos da revisão.

Procedimentos de seleção da literatura

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão da literatura foi organizado de forma adaptada ao modelo PRISMA Page MJ, et al., (2021), utilizado neste estudo apenas para dar maior clareza ao percurso de seleção dos trabalhos.

Inicialmente, foram localizados 570 registros nas três fontes consultadas, distribuídos entre SciSpace (209), Google Scholar (264) e Repositório Institucional da UEA (97). Após a reunião dos resultados, foram removidos os registros duplicados por meio da comparação de títulos, autoria e, quando disponível, DOI.

Em seguida, foi realizada a leitura dos títulos e resumos, com exclusão dos trabalhos que não apresentavam relação com o objeto da pesquisa. Na etapa seguinte, foram afastados os estudos sem ligação com o contexto amazônico, os territórios indígenas brasileiros ou a formação policial em perspectiva intercultural.

Por fim, os 46 estudos remanescentes foram submetidos à leitura integral. Nessa etapa, foram excluídos 38 trabalhos por ausência de aderência direta ao problema de pesquisa, sobreposição temática, insuficiência de descrição metodológica ou ausência de contribuição relevante para os eixos analisados.

Ao final do processo, oito estudos compuseram a síntese qualitativa. Esse número é compatível com a natureza exploratória da revisão, que buscou identificar trabalhos diretamente relacionados ao problema da pesquisa, sem pretensão de mapear toda a produção existente.

A triagem foi realizada de forma independente por dois pesquisadores, com posterior comparação dos resultados e resolução de divergências por consenso entre os autores, procedimento que buscou reduzir a subjetividade na aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Para dar maior transparência ao percurso metodológico, a síntese do processo é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese do processo de seleção da literatura.

Fase	Descrição técnica	Critério aplicado	Número
Identificação	Registros brutos localizados nas bases	SciSpace (209); Google Scholar (264); Repositório UEA (97)	570
Remoção de duplicatas	Registros duplicados entre as bases consultadas	Comparação por título, autoria e, quando disponível, DOI	522 remanescentes
Triagem (título e resumo)	Leitura de títulos e resumos para verificação de aderência temática inicial	Exclusão de estudos sem relação direta com formação policial, segurança pública, povos indígenas ou interculturalidade	125 remanescentes
Triagem (recorte temático-geográfico)	Verificação de vinculação ao contexto amazônico, a territórios indígenas brasileiros e ao problema de pesquisa	Exclusão de estudos centrados em outros contextos sem comparabilidade analítica	46 remanescentes
Elegibilidade (texto completo)	Leitura integral dos 46 estudos remanescentes	Exclusão de 38 trabalhos por ausência de aderência direta ao problema de pesquisa, sobreposição temática, insuficiência de descrição metodológica ou ausência de contribuição substantiva para os eixos analíticos da pesquisa	8 remanescentes
Inclusão final	Amostra final para síntese qualitativa	Estudos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão	8

Fonte: Elaboração própria, com base na matriz de controle da revisão bibliográfica.

A composição final da revisão bibliográfica reuniu oito estudos com diferentes enfoques teóricos, territoriais e institucionais. Para apresentar de forma mais clara a constituição do corpus e a contribuição de cada trabalho, o Quadro 2 reúne o objeto, o método, o recorte e a principal contribuição dos estudos selecionados, além de sua vinculação às categorias normativa, formativa e operacional.

Quadro 2 – Caracterização dos estudos incluídos na síntese qualitativa.

Autor e ano	Objeto do estudo	Método e recorte	Contribuição para a análise e categoria
Borges (2022)	Pluralismo jurídico e proteção dos direitos indígenas no sistema interamericano.	Pesquisa qualitativa, bibliográfica e jurídico-documental. Recorte: Sistema Interamericano de Derechos Humanos y Estados latinoamericanos.	Fundamenta o reconhecimento de sistemas normativos indígenas e o diálogo entre o direito estatal e as formas próprias de organização e resolução de conflitos. Categoria: normativa.
Dias e Melo (2024)	Educação em direitos humanos e práticas institucionais.	Pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e teórica. Recorte: contexto institucional brasileiro.	Sustenta a incorporação dos direitos humanos à formação e à atuação dos agentes públicos, permitindo discutir a distância entre conteúdos curriculares e práticas institucionais. Categoria: formativa.
Carvalho (2025)	Proposta curricular do curso de especialização em enfrentamento a crimes ambientais e proteção dos povos indígenas, integrante da RENAESP.	Estudo qualitativo, descritivo e documental da experiência pedagógica. Recorte: curso nacional da UFGD, em parceria com a SENASP, destinado a profissionais do SUSP.	Demonstra experiência formativa específica sobre interculturalidade, direitos indígenas, crimes ambientais e atuação integrada. Categoria: formativa.
Freitas e Polari (2025)	Treinamento continuado de policiais militares do Amazonas para implementação do Termo Circunstanciado de Ocorrência.	Revisão bibliográfica, análise documental e comparativa. Recorte: PMAM, com referência a experiências de outras unidades da Federação.	Reforça a importância da formação continuada, da atualização jurídica e de programas permanentes de capacitação. Categoria: formativa.
Magalhães, Miyadaira e Aguiar (2025)	Ensino de direitos humanos no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas.	Pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Recorte: projeto pedagógico do Curso de Formação de Oficiais da PMAM.	Permite examinar a presença de conteúdos humanísticos e os limites da preparação intercultural para atuação junto aos povos indígenas. Categoria: formativa.
Silva Neto, Miyadaira e Aguiar (2025)	Juridicidade e competência constitucional da PMAM para o policiamento ostensivo em terras indígenas.	Pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica e documental. Recorte: terras indígenas no Amazonas e atuação da PMAM.	Sustenta a competência policial, o pluralismo jurídico e a necessidade de procedimentos operacionais, mediação intercultural e consulta prévia. Categorias: normativa e operacional.

Autor e ano	Objeto do estudo	Método e recorte	Contribuição para a análise e categoria
Lima Júnior et al. (2026)	Atuação da PMAM no atendimento a povos indígenas em regiões de difícil acesso.	Pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Recorte: comunidades e territórios indígenas de difícil acesso no Amazonas.	Identifica limitações logísticas, carência de treinamento especializado, ausência de protocolos interculturais e necessidade de articulação institucional. Categoria: operacional.
Sousa et al. (2026)	Conflito entre instituições de segurança pública e integrantes do povo Munduruku em Jacareacanga.	Estudo qualitativo de caso, apoiado em pesquisa bibliográfica e documental. Recorte: Jacareacanga, Pará, e povo Munduruku.	Evidencia tensões entre justiça estatal e formas comunitárias de resolução de conflitos e destaca a importância da confiança e da mediação intercultural. Categoria: operacional.

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos estudos incluídos na revisão bibliográfica.

Análise documental

Além da revisão bibliográfica, foi realizada análise documental de fontes normativas e institucionais relacionadas à formação policial, aos direitos dos povos indígenas e à atuação do Estado em contextos interculturais.

Fizeram parte desse corpus a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o art. 231; a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho; a Resolução CNJ n. 287/2019; a Resolução CNJ n. 454/2022; e a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, publicada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em 2014 (BRASIL, 1988; OIT, 1989; BRASIL, 2014; BRASIL, 2019; BRASIL, 2022).

A Matriz Curricular Nacional foi analisada em sua versão oficial de 2014. Também foi considerada a informação institucional de que esse documento entrou em processo de revisão a partir de 2025 (BRASIL, 2025). As características do Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas foram examinadas de forma indireta, com base na análise documental realizada por (MAGALHÃES AS, et al, 2025). Por essa razão, o projeto pedagógico não integrou o corpus documental primário da pesquisa.

Embora parte significativa das evidências disponíveis esteja relacionada à Polícia Militar do Amazonas, especialmente em razão da existência de estudos sobre o Curso de Formação de

Oficiais, treinamento continuado e atuação em territórios indígenas, o objeto da pesquisa abrange as polícias estaduais do Amazonas.

No caso da Polícia Civil, não foi localizado, entre as fontes institucionais e acadêmicas consultadas, documento pedagógico específico que organizasse conteúdos de formação intercultural voltados à atuação junto aos povos indígenas. Essa ausência documental não permite concluir que não existam práticas formativas internas, mas mostra uma limitação de acesso e de disponibilidade de registros públicos, o que dificulta a comparação entre as corporações.

Por esse motivo, os resultados relacionados à Polícia Militar apresentam maior base documental, enquanto as considerações sobre a Polícia Civil permanecem limitadas às evidências gerais encontradas na literatura e aos documentos disponíveis.

Os documentos acessados diretamente foram lidos integralmente e organizados de acordo com os eixos normativo, formativo e operacional. A análise buscou identificar diretrizes relacionadas aos direitos dos povos indígenas, à formação policial, à atuação institucional e à necessidade de procedimentos adequados aos contextos interculturais.

Técnica de análise dos dados

13

Para analisar o material bibliográfico e documental, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin L (2011), desenvolvida em três etapas.

A primeira etapa correspondeu à pré-análise, com a leitura inicial do corpus, a organização das fontes e a definição dos eixos que orientaram a interpretação. Na segunda, foi realizada a exploração do material, com codificação temática manual e registro das informações em matriz elaborada pelos autores. A terceira etapa envolveu o tratamento e a interpretação dos resultados, relacionando os achados ao objetivo geral e à hipótese da pesquisa.

As unidades de análise foram compostas por parágrafos e trechos com sentido completo, retirados dos oito estudos selecionados e dos documentos normativos e institucionais examinados.

A categorização foi realizada de forma dedutiva, com base em três categorias definidas previamente. A categoria normativa reuniu conteúdos relacionados ao arcabouço constitucional, internacional e institucional aplicável à atuação estatal em territórios indígenas. A categoria formativa concentrou informações sobre formação inicial e continuada dos

policiais. A categoria operacional abrangeu aspectos práticos da atuação em contextos interculturais, como protocolos, mediação de conflitos e construção de confiança institucional.

A definição dessas categorias considerou os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade apresentados por (BARDIN L 2011). A interpretação final foi construída a partir da relação entre as categorias, o referencial teórico e os objetivos específicos da pesquisa, com atenção às convergências, lacunas e tensões identificadas no corpus.

Aspectos éticos

A pesquisa utilizou apenas fontes públicas, documentos institucionais e literatura de acesso aberto. Os procedimentos metodológicos foram descritos de forma transparente, e a seleção das fontes, a análise do material e a redação final permaneceram sob responsabilidade dos autores.

Ferramentas de inteligência artificial foram usadas de forma complementar na revisão textual, na padronização das referências e na organização inicial de ideias. A escolha das fontes, a interpretação dos dados e a construção dos resultados foram realizadas e revisadas pelos autores, comprometendo os autores com os dados inseridos neste trabalho.

14

Como o estudo se baseou exclusivamente em dados secundários, documentos públicos e literatura disponível em acesso aberto, sem participação direta de seres humanos, não houve submissão a comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos e documentos mostrou que a formação policial no Amazonas apresenta alguns avanços, principalmente na inclusão de conteúdos relacionados aos direitos humanos, na atualização dos processos formativos e na criação de experiências de capacitação voltadas a temas específicos. Apesar disso, os resultados também revelam dificuldades no preparo dos agentes para atuar em territórios indígenas, sobretudo quando a ocorrência exige conhecimento da realidade local, mediação de conflitos e diálogo com formas próprias de organização social.

Os achados foram organizados em três dimensões: normativa, formativa e operacional. Essa divisão permitiu observar que os problemas encontrados não aparecem de forma isolada.

As normas existentes, a formação recebida pelos policiais e as condições práticas de atuação estão ligadas entre si. Quando uma dessas partes apresenta limitações, as dificuldades tendem a aparecer também nas demais.

Na dimensão normativa, verificou-se que existe um conjunto importante de normas voltadas à proteção dos povos indígenas. A Constituição Federal de 1988, a Convenção n. 169 da OIT e as Resoluções CNJ n. 287/2019 e n. 454/2022 reconhece direitos ligados à identidade cultural, às formas próprias de organização e à necessidade de atendimento estatal adequado. Esses documentos oferecem uma base jurídica relevante para a atuação do poder público em contextos indígenas.

A existência dessas normas, porém, não significa que sua aplicação ocorra de maneira automática no trabalho policial. Os estudos analisados indicam que ainda há distância entre o reconhecimento dos direitos e a existência de orientações práticas para a atuação dos agentes. Borges BB (2022) mostra que o pluralismo jurídico não deve permanecer apenas no plano formal, pois exige mecanismos que permitam o diálogo entre o direito estatal e os sistemas normativos indígenas. Essa contribuição ajuda a compreender por que o simples conhecimento da legislação não é suficiente quando o policial atua em ambientes marcados por diferentes formas de autoridade e resolução de conflitos.

Neto FMMS, et al. (2025), também contribuem para essa discussão ao tratarem da competência da Polícia Militar do Amazonas para o policiamento em terras indígenas. O estudo mostra que a atuação estatal nesses territórios deve observar a Constituição, os direitos dos povos indígenas e as características próprias das comunidades. Os autores destacam a importância de procedimentos operacionais, da mediação intercultural e da atuação articulada com outros órgãos. Esse resultado reforça a ideia de que a base normativa precisa ser traduzida em orientações mais claras para o trabalho policial.

Na dimensão formativa, os estudos identificam avanços na presença de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à formação humanística. Magalhães, Miyadaira e Aguiar (2025), ao analisarem o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas, encontraram conteúdos voltados à ética, aos direitos humanos e à preparação profissional. Mesmo assim, a formação específica para atuação em contextos indígenas aparece de forma limitada, principalmente quando se considera a diversidade cultural e territorial do estado.

Esse dado se aproxima da discussão apresentada por (DIAS K e MELO RBC, 2024). Os autores mostram que a inclusão de conteúdos de direitos humanos nos currículos não garante, sozinha, mudanças na prática institucional. A formação precisa alcançar situações reais e ajudar o agente a compreender como esses princípios devem orientar sua conduta. No caso do Amazonas, isso significa relacionar direitos humanos, conhecimento jurídico, realidade territorial e capacidade de diálogo com as comunidades.

Carvalho CCF (2025) apresenta uma experiência mais específica de capacitação, desenvolvida em curso voltado ao enfrentamento de crimes ambientais e à proteção dos povos indígenas. O estudo mostra que é possível criar propostas formativas que aproximem o conteúdo acadêmico das situações enfrentadas pelos profissionais de segurança pública. A experiência analisada inclui temas relacionados à interculturalidade, aos direitos indígenas e à atuação integrada, o que demonstra que existem caminhos possíveis para uma formação mais ajustada às necessidades desses territórios.

Freitas AR e Polari LEB (2025), embora tratem da formação continuada em outro campo da atuação policial, também contribuem para a análise. O estudo destaca que a atualização profissional não deve ficar restrita ao curso de ingresso na carreira. Mudanças legais, novas formas de atuação e características próprias do território exigem capacitação permanente. Essa conclusão é especialmente importante no Amazonas, onde os policiais atuam em realidades muito diferentes entre a capital, o interior e as áreas indígenas.

Na dimensão operacional, os estudos relacionam as dificuldades de acesso, a distância, as limitações logísticas e a falta de treinamento específico a problemas no atendimento policial. Lima Júnior AS, et al. (2026) identificam limitações na atuação da Polícia Militar do Amazonas em regiões indígenas de difícil acesso. Entre os principais problemas estão a carência de capacitação intercultural, a ausência de protocolos específicos e a necessidade de maior articulação entre as instituições envolvidas.

Essas dificuldades não estão relacionadas apenas ao deslocamento ou à estrutura disponível. Elas também envolvem a forma como o policial interpreta a situação e toma decisões diante de realidades culturais diferentes. Quando não existem orientações institucionais claras, o atendimento pode depender muito da experiência individual do agente. Isso aumenta o risco de respostas diferentes para situações semelhantes e pode gerar insegurança tanto para o profissional quanto para a comunidade atendida.

Sousa AGP, et al. (2026), ao analisarem conflito envolvendo agentes de segurança pública e integrantes do povo Munduruku, mostram como diferenças na compreensão de autoridade, justiça e resolução de conflitos podem aumentar as tensões entre o Estado e as comunidades. O estudo reforça a importância do diálogo e da confiança institucional. Também evidencia que uma atuação baseada apenas na aplicação formal da norma pode não ser suficiente em situações marcadas por diferenças culturais e históricas.

A análise conjunta dos estudos indica que os protocolos podem orientar a tomada de decisão, a comunicação com as comunidades e a atuação conjunta com outros órgãos. Eles não substituem a avaliação do agente diante do caso concreto, mas ajudam a reduzir improvisações e a dar maior segurança ao atendimento. Para que tenham efeito, precisam estar ligados à formação continuada e ao treinamento para sua aplicação.

Nesse ponto, os achados oferecem apoio à hipótese da pesquisa. A insuficiência da formação intercultural e a ausência de protocolos adequados aparecem relacionadas às dificuldades de mediação, de diálogo e de construção de confiança em territórios indígenas. Essa relação foi identificada em diferentes estudos e documentos, o que mostra convergência entre as fontes analisadas.

Entretanto, os resultados não permitem afirmar que a falta de formação seja a única causa das dificuldades encontradas. A atuação policial também é influenciada por problemas de acesso, limitações de pessoal, estrutura institucional, distância entre as comunidades e os centros urbanos e necessidade de articulação com outros órgãos. Por isso, a proposição analítica formulada encontra sustentação interpretativa no material examinado, mas, dada a natureza qualitativa e teórico-documental da pesquisa, não pode ser tratada como relação causal comprovada, devendo ser lida como convergência de evidências dentro do corpus analisado

Outro aspecto importante é a diferença na quantidade de informações disponíveis sobre as polícias estaduais do Amazonas. A maior parte dos estudos encontrados está relacionada à Polícia Militar, principalmente à formação de oficiais, ao treinamento continuado e à atuação em territórios indígenas. No caso da Polícia Civil, não foram localizados documentos pedagógicos específicos sobre formação intercultural nas fontes consultadas. Essa limitação reduz a possibilidade de comparação entre as corporações e impede conclusões mais amplas sobre todo o sistema estadual de segurança pública.

Mesmo com essa limitação, os resultados indicam que a formação policial precisa considerar de forma mais direta as características do território amazonense. O conhecimento técnico e jurídico continua sendo essencial, mas deve ser acompanhado de preparação para lidar com diferenças culturais, dificuldades logísticas e formas próprias de organização comunitária. Não se trata de diminuir a autoridade estatal, mas de qualificar sua atuação.

A formação policial interfere na forma como o Estado se apresenta nos territórios, aplica a lei e constrói relações com as comunidades. No contexto indígena, uma atuação mais preparada pode favorecer o diálogo, reduzir conflitos e dar maior segurança às decisões tomadas pelos agentes.

Essas ações precisam ser acompanhadas de maior integração entre as instituições, produção de dados sobre o atendimento em territórios indígenas e participação de profissionais que conheçam a realidade local. A formação intercultural, nesse sentido, deve fazer parte de uma política institucional permanente e não apenas de atividades isoladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou compreender em que medida a formação policial no Amazonas prepara os agentes para atuar em contextos indígenas, onde se encontram diferenças culturais, formas próprias de organização e dificuldades de acesso. A análise mostrou que o preparo para essas situações não depende apenas do conhecimento técnico e jurídico. Também exige compreensão do território, respeito aos direitos dos povos indígenas e capacidade de diálogo com as comunidades.

Os estudos analisados apontam avanços na inclusão de direitos humanos e conteúdos humanísticos na formação policial. Também foram encontradas experiências de capacitação continuada e cursos voltados à proteção dos povos indígenas e ao enfrentamento de crimes ambientais. Mesmo assim, essas iniciativas ainda aparecem de forma limitada e não representam uma preparação intercultural contínua para as diferentes realidades do Amazonas.

A hipótese da pesquisa encontrou apoio no material analisado. As limitações da formação intercultural e a ausência de protocolos próprios aparecem relacionadas às dificuldades de diálogo, mediação de conflitos e construção de confiança em territórios indígenas. No entanto, como a pesquisa foi baseada em estudos e documentos, não é possível afirmar uma relação direta de causa e efeito.

Outro ponto observado foi a diferença na quantidade de informações disponíveis sobre as polícias estaduais. A maior parte dos estudos encontrados trata da Polícia Militar do Amazonas, principalmente da formação de oficiais, da capacitação continuada e da atuação em áreas indígenas. No caso da Polícia Civil, não foram localizados, entre as fontes consultadas, documentos pedagógicos específicos sobre formação intercultural. Isso não significa que essas práticas não existam, mas limita a comparação entre as corporações.

A pesquisa também ficou restrita às fontes selecionadas e não buscou reunir toda a produção existente sobre o tema. Além disso, a falta de dados mais detalhados sobre o atendimento policial em áreas indígenas dificultou uma análise mais próxima da realidade vivida por agentes e comunidades. Estudos futuros podem avançar nesse ponto por meio de entrevistas com policiais, lideranças indígenas e profissionais que atuam nesses territórios.

Os resultados mostram que a formação policial no Amazonas precisa estar mais ligada às condições reais de trabalho. Isso envolve ampliar a capacitação continuada, desenvolver cursos voltados à realidade local e criar protocolos que ajudem o agente em situações marcadas por diferenças culturais e normativas. Uma preparação mais próxima do território pode contribuir para decisões mais seguras, melhorar o diálogo com as comunidades e reduzir conflitos durante a atuação estatal.

REFERÊNCIAS

BARDIN L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011; 229p.

BORGES BB. Pluralismo jurídico e direitos indígenas no sistema interamericano. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, 2022; 17(2): 255-270.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 287, de 25 de junho de 2019. Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 454, de 22 de abril de 2022. Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas. Brasília, DF: CNJ, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Termo de Execução Descentralizada n. 1/2025/SENASP. Brasília, DF: MJSP, 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Coordenação de Andréa da Silveira Passos. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA R. O trabalho do antropólogo. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998; 228p.

CARVALHO CCF. A experiência do curso de especialização em enfrentamento a crimes ambientais e na proteção aos povos indígenas. *Revista do Sistema Único de Segurança Pública*, 2025; 5(1): 242-261.

DIAS K, MELO RBC. Considerações sobre educação em direitos humanos e práxis institucional. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, 2024; 12(23): 1-18.

FREITAS AR, POLARI LEB. A necessidade de treinamento continuado para policiais militares do Amazonas: uma análise estratégica para a implementação do termo circunstanciado de ocorrência no contexto amazônico. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2025; 11(12): 7150-7165.

GIL AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019; 248p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAKATOS EM, MARCONI MA. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017; 368p.

LIMA JÚNIOR AS, et al. Atuação da Polícia Militar do Amazonas no atendimento a povos indígenas em regiões de difícil acesso: desafios e perspectivas de aprimoramento. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2026; 12(4): 1-15.

MAGALHÃES AS, et al. O ensino de direitos humanos no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas: uma análise documental do projeto pedagógico do curso. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2025; 11(12): 5412-5430.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais, de 27 de junho de 1989. Genebra: OIT, 1989.

PAGE MJ, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 2021; 372(71): 1-9.

SANTOS BS. O discurso e o poder: ensaios sobre a sociologia retórica jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988; 128p.

SILVA NETO FMM, et al. Análise da juridicidade do policiamento em terras indígenas: competência constitucional da Polícia Militar do Amazonas frente ao pacto federativo. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2025; 11(12): 7131-7149.

SOUSA AGP, et al. Polícia Militar e comunidades vulneráveis: desafios e oportunidades para construção de confiança. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 2026; 1(1): 1-12.

TUBINO F. Entre el multiculturalismo y la interculturalidad: más allá de la discriminación positiva. *Derecho & Sociedad*, 2002; 19: 299-311.